

Article

Desenvolvimento à Escala Humana (DEH). Perspectivas para Pensar a Arte, Atividade Física e Alimentação Enquanto Satisfatores Sinérgicos

Carlos Alberto Cioce Sampaio ¹ * , Liliane Cristine Schlemer Alcântara ² , Irsané Oliveira Silva ³ , Mauro Vicenzo Bona Cioce Sampaio ⁴ , Paula de Alcântara ⁴ 

¹ Doutor, Professor dos PPG em Desenvolvimento Regional (FURB), Governança e Sustentabilidade (ISAE) e em Ciências Ambientais (Unisul-IA). Professor Visitante do PPG em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente (UniEvangélica-Funadesp). Vice-presidente da Fundación Manfred Max-Neef; ORCID: 0000-0002-0664-0266; carlos.cioce@gmail.com

² Doutora, Professora Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (UFMT) e do PPG em Ciências Ambientais (UNEMAT) e professora convidada no "Magíster en Desarrollo a Escala Humana y Economía Ecológica (UACH/Chile)". Membro fundador da Fundación Manfred Max-Neef. ; ORCID: 0000-0001-8502-720X; lilianecsa@yahoo.com.br

³ Doutorado em Educação Física. Coordenador de Stricto Sensu da Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA). Coordenador do Grupo de Pesquisa Movimento Humano e Meio Ambiente e membro dos Grupos de Pesquisa NEcos (UFPR). Professor do PPG em Ciências Ambientais (UniEVANGÉLICA) e PPG Movimento Humano e Reabilitação. ORCID: 0000-0003-2692-1548. E-mail: iranse.silva@unievangelica.edu.br

⁴ Graduando, Pesquisador junior do Núcleo de Ecosocioeconomias, Universidade Federal do Paraná (UFPR); ORCID: 0000-0002-3980-9160; maurociocesampaio@gmail.com

⁵ Licenciatura, Especialista em Museografia e Patrimônio Cultural pelo Centro Universitário Claretiano de Rio Claro, São Paulo.; ORCID: 0000-0003-1006-8861; pauladealcantara@yahoo.com.br

*Correspondence: carlos.cioce@gmail.com

RESUMO

Desenvolvimento à escala humana é tema intrigante, sobretudo em tempos de Pandemia, enquanto possibilidade para (re)pensar modos de vida que sejam alternativos a sociedade de consumo. Objetiva-se revisitar a teoria do Desenvolvimento à escala humana, para tratar da arte, atividade física e alimentação, enquanto satisfatores sinérgicos das necessidades humanas fundamentais. Trata-se de um ensaio teórico, valendo-se de ilustração empírica, como bem fazia o idealizador do Desenvolvimento à escala humana, Manfred Max-Neef e seus dois colaboradores, Antônio Elizalde e Martin Hopenhayn. Arte pode representar emoções e sentimentos latentes de uma sociedade que resiste a ótica do mercado. Atividade física realizada na natureza e alimentação, ambos representam elementos da saúde integrativa, e que previnem níveis de stress desbalanceados, o que evita patologias decorrentes de um um estilo fast de vida, em decorrência da sociedade de consumo. Desenvolvimento à escala humana pode, então, estabelecer-se como estratégia de promoção de bem viver, no que se refere as suas vertentes do bem estar social e ecologismo.

Palavras-chave: desenvolvimento à escala humana; necessidades humanas fundamentais; bem viver; problemática socioecológica.

ABSTRACT

Human-scale development is an intriguing topic, especially in times of Pandemic, as a possibility to (re)think of ways of life that are alternative to consumer society. The objective is to revisit the theory of Human-scale development to deal with art, physical activity, and food as synergistic satisfiers of human needs. It is an theoretical essay, using empirical illustration, as the founder of Human-scale development, Manfred Max-Neef, and your two partner, Antônio Elizalde and Martin Hopenhayn, did well. Art can represent latent emotions and feelings of a society that resists the optics of consumption. Physical activity performed in nature and food, as elements of integrative health, prevent an unbalanced dose of stress, which avoids several pathologies of a fast way of life. Human-scale development can therefore establish itself as a strategy to promote Good Living in terms of social well-being and ecology.

Keywords: human scale development; fundamental human needs; good living; socio-ecological problems.



Submissão: 30/04/2022



Aceite: 03/08/2022



Publicação: 30/09/2022



1. Introdução

Desenvolvimento à escala humana (DEH), proposição do professor Manfred Max-Neef, com a contribuição de Antonio Elizalde e Martyn Hopenhayn (Max-Neef, Elizalde, Hopenhayn 2012), foi a obra contemplada com o *The Right Livelihood Award*, edição 1983, conhecido como prêmio nobel alternativo. Tema intrigante, sobretudo em tempos de Pandemia, enquanto possibilidade para (re)pensar modos de vida que sejam alternativos a sociedade de consumo. Inclusive, oportuno para dialogar sobre o que se espera do chamado novo normal.

A sociedade de consumo é resultado da dinâmica capitalista. Ela retroalimenta-a, tornando-se um ciclo sistemático, o que pode sugerir um “beco sem saída”. Predomina a economia de mercado, com elevada produção de produtos, o que conseqüentemente incentiva o consumo. Aliás, a sociedade de consumo poderia também ser nominada como sociedade de mercado.

A utilidade da razão prática que caracteriza a economia, enquanto espaço de produção e para realizar trocas, não é tão questionável, mesmo porque funciona como engrenagem para possibilitar arranjos entre modos de produção, distribuição e consumo. O que se aponta como problema de fato é quando há indícios claros de um pensamento hegemônico econômico que reduz todas ou boa parte das relações humanas, como que essas deveriam funcionar utilizando-se de cálculo de maximização de ganhos pessoais às custas de perdas de outrens, reduzindo a questões meramente mercantilizadas, ocasionando disfuncionalidades sistêmicas (Max-Neef 2017).

Há que se dar conta que existem outras formas de economia, como a de reprodução e comunitária. Essas, por sua vez, possuem racionalidade própria, distanciando-se da lógica economicista, a partir de laços familiares, vizinhança e de amizade (Max-Neef 2017).

Ainda que se citem a seguir apenas quatro destas disfunções da sociedade de consumo, poderiam se desdobrar em outras mais.

Primeira disfuncionalidade, consumo exagerado, confundido como que conduzisse a felicidade. Uma vida materializada, esvaziada, ocasiona pobreza, que, segundo Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (2012), acontece quando não se atende a qualquer uma das nove necessidades fundamentais, subsistência, proteção, afeto, criação, ócio, participação, entendimento, identidade e liberdade. A exemplo de uma pessoa que direciona sua vida para conquistas eminentemente materiais, corre o risco de não satisfazer as necessidades de afeto e criação, tornando-se pobre em relação a estas duas necessidades.

Segunda, consumo desqualificado, a exemplo de produtos alimentícios super calóricos, rico em gorduras e açúcares, tipo *fast food*, que não atende, quiza, pseudo atendem, a necessidade de subsistência. Como também programas televisivos, da modalidade *reality shows*, na ocasião que são enquadrados como sendo atividades de satisfação de ócio. Ao contrário de um satisfator sinérgico que, concomitantemente, baseia-se em alimentação nutritiva, conservando sabor natural, e a realização de passeios culturais plenos, quando se participa de uma exposição artística.

Terceira, desigualdades sociais estruturais. Pessoas que não possuem acesso a bens fundamentais ou, então, que tenham dificuldade de consumi-los. Tal disfuncionalidade pode ser ilustrada na ocasião que se tem de trabalhar longas horas de jornadas semanais para poder atender as necessidades básicas de subsistência, não se tem tempo para realizar atividades físicas que combatem o sedentarismo.

Quarta, irresponsabilidade quanto à capacidade de carga que o planeta possui, enquanto provedor de recursos e de serviços ambientais necessários para manter a vida humana, como comentado e ainda a ser aprofundado, e também a vida não exclusiva humana (Max-Neef 2017; Sampaio, Alcântara & Vieira 2022).

Ainda exemplificando as terceira e quarta disfuncionalidades, o que se denomina de riqueza ou, melhor, a capacidade de consumo está mal distribuída, ou seja, 20% da população do planeta atualmente concentra 66% da



renda bruta. Esses mesmos 1/5 da população concentra 60 % do lançamento de dióxido de carbon (CO₂) em toneladas sobre o planeta (UN, 2020).

O que sugere, segundo a concepção e legado de Max-Neef (2017), que a vida não deveria servir a economia e sim a economia possibilitar a qualidade de vida de todos, ou seja, o bem viver.

A sociedade de consumo ou de mercado representa uma concepção ou paradigma reducionista que não mais responde a maioria dos problemas das pessoas ou falha quando não assegura a vida de todos. A própria Pandemia COVID 19 é um efeito estrutural desta, como também as mudanças climáticas e globais em curso que coloca em risco a atual e as próximas gerações em horizonte cronológico relativamente curto, até o século 22 (Steffen et al., 2015; UN, 2021). Como sugere Lyons (2008), o que acontece com um ser sucessivamente deflagra em seu descendente e em outros, assim reverberando no planeta.

Há indícios claros nos diálogos dados por Max-Neef, ao longo de sua trajetória de vida, como apontam Florit, Sampaio e Philippi Jr. (2019), de que os seres não humanos têm direitos, o que sugere que o desenvolvimento também deve servi-los. Os mesmos autores apontam que nem todos os seres não humanos se enquadram no que é reconhecido por biodiversidade. Apesar de os animais selvagens cumprirem este requisito, considera-se que as espécies domesticadas e manipuladas mereceriam tal consideração moral.

A natureza, sobretudo a não humana, é posta como mero recurso econômico, desrespeitando-se dois princípios que coloca a vida humana do planeta em xeque: não remover mais do que a capacidade de regeneração dos ecossistemas e não liberar nos ecossistemas mais do que sua capacidade de absorção. Ressalta-se que a natureza não tem problemas por si só e se existem problemas, são inerentes à sua dinâmica, e resolvidos por ela própria (Fernandes; Sampaio 2016). Como é sabido, a vida não é exclusividade humana, pois existiam outras formas de vida antes do surgimento do *homo sapiens*. O que sugere que, sob temor apocalíptico antropocentrista, a vida, pelo menos a não humana, provavelmente continuará, mesmo que ainda seja difícil de imaginar para nós seres humanos.

Dessa forma, o tema do Desenvolvimento à escala Humana (DEH) que se dialoga neste paper pode ser considerado, nessas circunstâncias postas, como um pós-desenvolvimento, no qual se reconhece os limites do que se convencionou a chamar por desenvolvimento, e que mais se assemelha a mau desenvolvimento (Alcântara, Sampaio 2019).

Cabe o parênteses, que o termo Pós-desenvolvimento surge como crítica ao padrão ocidental de desenvolvimento (América do Norte, Europa e Japão), na qual tipifica a sociedade de consumo, e que por este motivo não teria os requisitos necessários para ser modelo aos continentes asiáticos, africanos e latinoamericano (Escobar 2005).

Um processo de desenvolvimento à escala humana, territorialmente efetivo, ocorre quando a qualidade de vida da população é aprimorada, ou seja, a riqueza de uns, considerando a satisfação das nove necessidades humanas fundamentais, não poderia estar em detrimento da pobreza de outros. Qualidade de vida implica garantir as possibilidades que as pessoas tem de satisfazer suas necessidades adequadamente (Vita et al. 2019).

As necessidades são as mesmas em todas as culturas e em todos os períodos históricos. O que realmente muda são as formas de satisfazê-las, diante de cada sistema econômico, político e social que são determinadas culturalmente. As múltiplas formas de satisfação são descritas por Max-Neef como “satisfatores”. Parte-se do pressuposto, e espera-se que ele se confirme, que o chamado novo normal, em decorrência do cenário (pós)pandêmico, ainda que não ocorra na velocidade que se deseja, poderia se valer da tomada de consciência das pessoas de que as necessidades humanas fundamentais deveriam ser atendidas primordialmente por meio de satisfatores sinérgicos, aqueles que são capazes de atender múltiplas e concomitantemente às necessidades humanas fundamentais (Smith & Max-Neef 2011).



Destaca-se neste ensaio, os satisfatores em torno das experiências culturais - "arte", habilidades motoras - "atividade física", e hábitos alimentares - "alimentos". Tais temas foram privilegiados, sobretudo, pela deformação frequente que esses estão sujeitos, diante da sociedade de consumo, distorcendo-os e vulgarizando-os, sob o rótulo da estética corporal e social esvaziada (Lee et al. 2020; Davison et al. 2021; Almeida et al. 2021).

Neste contexto, o objetivo é revisitar a teoria do DEH, que está completando 40 anos, para tratar da arte, atividade física e alimentação, enquanto possibilidades efetivas de constituírem como satisfatores sinérgicos para as necessidades fundamentais humanas, criando alternativas reais para superar os limites reducionistas da sociedade de consumo.

O texto é um ensaio de opinião inspirado nas ideias de Manfred Max-Neef. É importante recordar que o próprio Max-Neef se valia de tal método. Do ponto de vista teórico e contextual, consiste em revisão da literatura, com interpretação e análise crítica.

2. Bem Viver: antecedentes do Desenvolvimento à Escala Humana

Como antecedente a proposta de Desenvolvimento à Escala Humana (DEH), discorrer sobre o o Bem Viver parece fundamental.

Apesar do conceito original *sumak kawsay*, *suma kamaña*, *kume mognen* e outros termos similares na língua de povos pré-hispânicos latino-americanos ter sido traduzido para língua castelhana com a denominação *Buen Vivir*, e ainda ter sido apropriado por grupos políticos, econômicos e intelectuais, conservou-se sua base filosófica na ideia de viver no seu território em plenitude.

Para melhor compreender o tema, faz-se necessário aprofundar o diálogo deste conceito, desde sua epistemologia, princípios e objetivos. Há três correntes predominantes, ainda que a primeira, indigenista, como pré-anunciado no parágrafo anterior, seja basilar para pensar as duas outras. A segunda é a estadista e a terceira a ecológica. De qualquer maneira, as três correntes possuem imbricações e complementariedades (Hidalgo-Capitán 2012).

A corrente indigenista, ainda que tenha ganhado mais notoriedade no início deste milênio, por conta do reconhecimento do conceito de Bem Viver nas Constituições do Equador, em 2008, e da Bolívia, em 2009 (Cabanilla, 2014), resgata a cosmovisão, saberes, conhecimentos, modos de vida e de produção das populações originárias, na qual a escala do desenvolvimento faz se referência ao território, onde a vida concreta se realiza (Alcântara; Sampaio, 2020).

A segunda corrente, estadista, baseia-se na significância de políticas públicas do Bem Viver, assegurando equidade social. Ilustra-se a partir da política de bem-estar social europeu de maneira a assegurar que a riqueza econômica seja melhor distribuída socialmente. Boa parte dos países europeus possuem indicadores agregados qualificados, como o índice Viver Melhor, que reúne informações sobre moradia, renda, emprego, comunidade, educação, meio ambiente, engajamento cívico, saúde, satisfação pessoal, segurança e vida/trabalho, tutelado pela Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD 2021), bem como o próprio indicador de Desenvolvimento Humano, congregando informações sobre longevidade, educação e rendimento.

A exemplo de políticas de bem-estar social, citam-se os países: (i) Itália, onde surgiu o movimento *slow food* que se refere a redes de cidadania agroalimentar nas quais aproximam agricultores orgânicos e consumidores (Forno; Weiner 2020); (ii) Dinamarca, e outros países escandinavos, com uma política pública de (ciclo)mobilidade urbana sustentável consolidada. Quando a Dinamarca prioriza o uso de ciclovias como modal, estas se convertem em estratégias de desenvolvimento socialmente incluyente - oferece condições mais equânimes de mobilidade e seu uso favorece hábitos saudáveis -, economicamente sustentado - bicicletas possuem preços acessíveis -, e



ecologicamente sustentável - bicicletas são consideradas ambientalmente de baixo impacto (Silva *et al.*, 2017) e; (iii) França, como outros países europeus, protagoniza uma política cultural, a partir da arte.

Vale ressaltar, ainda que se possa criticar o passado colonialista do velho continente, como bem faz a corrente indigenista, reconhece-se uma etapa transitória entre a sociedade de consumo e um progressismo europeu.

A terceira corrente, ecológica, dialoga com intelectuais progressistas da América Latina (Max-Neef, Elizalde & Hopenhayne 2012; Leff 2002) e da Europa (Naess 1988; Latouche 2004) ligados ao ambientalismo e a outros movimentos sociais, no qual questiona o antropocentrismo sem visão diacrônica, intergeracional.

Reyes (2020) afirma que a perda atual da biodiversidade é comparável com outras extinções de espécies que se tem registro. Para o autor, está se vivendo a “sexta extinção” (p. 27), na era do antropoceno ou como denomina Moore (2017), a era do capitaloceno, onde a biodiversidade por meio de funções ecossistêmicas está a serviço do capitalismo, como mero recurso natural, o que resulta indubitavelmente no colapso do sistema. Assim, faz-se necessário refazer caminhos, estratégias epistêmicas e políticas que contribuam para superar a atual crise civilizatória (Santos 2010).

Bem Viver, em síntese, mais do que uma condição material, socioeducacional e de saúde, é um estado particular de felicidade, vigorando padrões culturais distintos (sociodiversidade) de maneira a satisfazer as nove necessidades humanas fundamentais, na qual prevalece relações mais simétricas entre homem e natureza (Max-Neef 2017). O agricultor familiar, pescador artesanal, extrativista florestal, comunidades originárias, quilombola e outras designações normalmente não associadas à sociedade de consumo podem historicamente ter modos de vida a contento (Berkes 1999).

Destaca-se que Bem Viver requer parâmetro coletivo (compreendido como bem comum). Não faz sentido utilizar o termo para designar bem viver individual, há que correlacioná-lo com o senso de comunidade. Bem-comum ou comunidade remete ao significado de lugar, espaço concreto aonde as pessoas se encontram, convivem e dialogam (Bauman 2013). Quando há identidade no diálogo estabelecido pode ser designado de intersubjetividade que, em sua plenitude, se realiza no plano territorial (Azkarraga 2010; Sampaio *et al.* 2017).

Por outro lado, não faz sentido dicotomizar subjetividade e bem comum, como se tratasse de realidades distintas, mesmo porque o homem se realiza enquanto ser sociopolítico. A sociedade de consumo, sob tal perspectiva, possui uma intersubjetividade esvaziada e desterritorializada (Smith and Max-Neef 2011; Pecqueur, 2014), o que sugere o conceito de não lugar (Auge 2002), referindo-se a lugares não preenchidos, com vazios ou transitoriedade sociais, padecendo de vitalidade para se denominar de lugar, como *shopping centers*.

3. Desenvolvimento à Escala Humana

O Desenvolvimento à Escala Humana surge, em 1983 (Max-Neef, Elizalde; Hopenhayn 2012), como uma proposta diferenciadora dos modelos de desenvolvimento existentes para superar a sociedade de consumo. Foi uma ideia ambiciosa que apresentava uma nova proposta que permitia gerar outros processos de desenvolvimento baseado em três pilares fundamentais: satisfação das necessidades humanas fundamentais, geração de níveis crescentes de autodependência e articulação orgânica do homem com a natureza por meio da tecnologia (Fernández 2016).

Max-Neef (2017) criticava dizendo que o desenvolvimento não se refere as pessoas e sim a objetos. Para o autor, o melhor processo de desenvolvimento é “aquele que permite elevar mais a qualidade de vida das pessoas, e estas, por sua vez, dependerão das possibilidades que as pessoas têm de satisfazer adequadamente suas necessidades humanas fundamentais” (p. 40). A teoria de Desenvolvimento à Escala Humana distingue necessidades de satisfatores, favorecendo uma categorização mais concreta, que permite realizar diagnósticos e



propostas estratégicas de maneira precisa e evita, ao mesmo tempo, confusões recorrentes dentro do campo da teoria econômica e as teorias do desenvolvimento (Gómez, 2018).

Neste sentido, para Max-Neef et al. (2012) as necessidades humanas são finitas, classificáveis e universais e de acordo com esta teoria, dividem-se em uma categoria existencial, cujas necessidades passam pelas dimensões ser (categorias pessoais ou coletivos), ter (não no sentido material, mas institucional), fazer (registra ações pessoais ou coletivos) estar (situando-se na dimensão tempo-espaço); e uma categoria axiológica que compreende nove necessidades, como mencionadas: subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, identidade e liberdade.

Max-Neef (2017) apontava a possibilidade de a transcendência¹ configurar-se como uma décima necessidade humana, no entanto ainda não a considerava como universal, mas com potencial para isso, diante do desencanto do projeto civilizatório.

Entende-se que a satisfação destas necessidades se desenvolve em três perspectivas, as quais consideram o primeiro pilar da sustentabilidade: subjetiva, relacionada consigo mesmo; cultural, em relação aos outros; territorial, situada com o entorno. Desta tridimensionalidade, desprende-se o segundo pilar: articulação orgânica entre a natureza, tecnologia e seres humanos (Ibarra 2019; Alcântara; Sampaio 2021).

Max-Neef (2017) oferece um equacionamento para satisfazer as necessidades humanas despendendo menor esforços. Seria buscar a autodependência, que é a capacidade que as pessoas têm nas comunidades de satisfazer suas necessidades a partir de recursos locais, segundo a vertente do desenvolvimento endógeno, articulando o desenvolvimento subjetivo ao desenvolvimento cultural.

Neste sentido, o autor chama atenção para evitar determinados tipos de satisfatores. Ele os classifica.

Primeiro, violadores ou destrutores são aqueles que podem aniquilar ou impossibilitar a satisfação de uma necessidade. A exemplo os jogos de azar praticados em cassinos, como que pudessem satisfazer a necessidade de ócio.

Segundo, pseudosatisfatores referem-se a aqueles que estimulam uma falsa sensação de satisfação de uma determinada necessidade. Como mencionado, condomínio residencial paradisíaco fechado de classe média que parece satisfazer a necessidade de proteção, no entanto quando o residente não se encontra nas dependências desse passa a ter sensação de insegurança.

Terceiro, satisfatores inibidores são os que sobre satisfazem - a exemplo do brinquedo industrializado que parece satisfazer a necessidade de criação, ao simular situações fantasiosas para as crianças, ao invés de estimular como bem faz o feitiço de um artefato infantil, usando bugigangas - ou que ainda dificultam o atendimento de outra necessidade - como comida *fastfood* ou refrigerante para saciar a fome ou a sede.

Quarto, satisfatores singulares tratam daqueles que atendem apenas uma necessidade, a exemplo da atividade física de musculação, realizada em academias no horário do almoço, compartilhando o estreito tempo entre alimentação e ginástica.

Por fim, o quinto, que se privilegia neste paper, aponta-se um tipo que favorece atendimento múltiplos de necessidades, o que se denomina de satisfatores sinérgicos, como a atividade física desenvolvida na natureza, em

¹ Na tentativa árdua de racionalizar transcendência, ainda que se possa parecer determinista, parte-se da perspectiva da neurociência. A transcendência pode ser resultado de uma percepção, esta ocasionada por uma forma qualquer de energia captada por receptores neurais, comumente chamados de sentidos - visão, audição, tato (sensibilidade corporal), olfação (cheiro) e gustação -, que incide sobre as interfaces entre o homem, enquanto organismo físico, conhecido como corpo, e o ambiente, ou seja, a natureza na sua plenitude (Lent, 2004).



horário livre, que satisfaz as necessidades de sobrevivência, entendimento, ócio e liberdade. Mais a frente se ilustrará outros exemplos relacionados a arte e alimentação.

4. Arte, Alimentação e Atividade física como satisfatores sinérgicos do Desenvolvimento à Escala Humana

A partir de satisfatores sinérgicos relacionados a arte enquanto manifestação de cultura, alimentação de gosto bom, saudável nutritivamente e que seja promovida desde relações econômicas justas, e a atividade física praticada junto à natureza, ilustram-se a episteme relacionada ao Desenvolvimento à Escala Humana.

4.1 Arte

A cultura tem uma importância fundamental na sociedade, como o próprio Max-Neef (2007) apontava, inclusive, ele sendo um exímio pianista. Cultura tem sua origem etimológica da palavra latina *colo* (*de colere*) que significa o cultivo da terra. Passou a significar mais tarde, com sentido mais metafórico, o cultivo da mente e do espírito. Como manifestação da cultura, a arte corporifica-se na poesia, teatro, museus, novela, ballet, artes plásticas, cinema e outros. A arte tem um sentido de expressão nas vertentes política, filosófica e espiritual. Dentro do contexto da cultura, a arte é uma forma de se compreender a vida a partir de uma visão mais crítica, onde se pode expressar emoções e sentimentos (Busquet 2015).

Na ocasião que se considera o ser humano como protagonista do processo de desenvolvimento, independente das diferentes escalas, entre local e planetária, é nos territórios que se constroem as identidades humanas que lhe caracterizam enquanto cultura herdada, composta por teias de significados que o próprio homem teceu (Geertz, 1973). E que fique claro que não dá para estabelecer associação entre cultura e padrão homogêneo de comportamentos, tal como ilustra a epopeia cinematográfica “Matrix”. Mesmo porque, os seres humanos possuem identidade própria, norteadas por senso de autodeterminação, resultado de um difícil equacionamento em meio a genética familiar que se herda, a trajetória de vida que se trilha e pelas próprias implicações do território que se tem como origem.

Por outro lado, Max-Neef (2007) afirma, acertadamente, que todos os seres humanos são membros de uma mesma espécie, o que significa dizer que as pessoas possuem as mesmas necessidades. Manfred prossegue dizendo que é a cultura que determina a forma pela qual as necessidades são satisfeitas. A exemplo, as necessidades de ócio e criação podem ser satisfeitas a partir do feitiço de uma peça de artesanato que, por sua vez, possui significação singular e representa a forma de como o pretense artesão traduz seu entendimento e demonstra seu pertencimento ao território (Giraldo; Wells 2019).

Ressalta-se que a proposta do DEH (Max-Neef 2017) é marcada pela mescla de aspectos estéticos, simbólico-religiosos e técnicos, trazendo reflexões sobre a superação da sociedade de consumo. Sob a perspectiva territorial, deve-se levar em consideração as diferentes matizes representativas de cada comunidade, como também as dimensões do espaço geográfico e organizacional, a diversidade cultural expressada na arte, seus processos históricos e as chamadas etnociências. Assim, criam-se sinergias conformando um produto de análise de múltiplas dimensões, as quais se deve levar em conta as possibilidades do desenvolvimento do turismo cultural em torno da arte, a exemplo dos países europeus, referente a dimensão humana, física, tecnológica, política e simbólica do espaço-dinâmico, que necessariamente são intrínsecas e se entrecruzam sob uma visão fecunda de “unidade de contrastes” que o mundo representa.



A própria riqueza territorial dos bens culturais, como a arte, dentro da sua diversidade geográfica e ecológica pode ser o fio condutor de estratégias de fortalecimento da economia criativa, o que promove o reconhecimento da sociodiversidade, como eixo de desenvolvimento ecossocioeconômico.

Ao mesmo tempo, a arte enquanto cultura converte-se em mecanismo de resistência e de tomada de consciência coletiva frente à crise civilizatória e suas implicações sociais, econômicas e ambientais, além dos demais desdobramentos. Para Bonet *et al.* (2006), o cenário cultural, mediado inclusive por novas tecnologias em contextos de crises e riscos, obriga-se a uma nova orientação para a produção e gestão cultural, em um novo desenho de negócios sociais criativos (com o significado que todos os atores ganham no arranjo que se estabelece), mirando a adaptabilidade do setor. A partir da perspectiva do empoderamento das pessoas, via revitalização de identidade, pode contribuir na eliminação da pobreza, no sentido que Max-Neef (2017) se refere, quando uma das necessidades humanas não são satisfeitas. A arte contribui de maneira definitiva para a promoção do viver bem. É pertinente lembrar do provérbio: arte refere-se ao alimento da alma e do corpo. Por outro lado, não se tem dúvidas da necessidade de valorizar a expressão artística por via do consumo crítico e consciente.

Para a Organização das Nações Unidas (UN, 2019), a arte, entre as muitas manifestações possíveis, é essencial para se criar cidades mais inclusivas, criativas e sustentáveis neste cenário de Pandemia e pós-Pandemia. Neste sentido, contata-se que a arte enquanto satisfator sinérgico atende as necessidades de ócio, criação, entendimento, liberdade e identidade no que compreende o desenvolvimento à escala humana.

4.2 Atividade física

Atividade física é definida com qualquer movimento produzido pela musculatura esquelética, que por sua vez gera um gasto de energia (ISPAH 2017). Esta condição de gerar movimento (i.e. capacidade de realizar atividade física) é inerente ao ser humano (Harridge; Lazarus 2017; Carl *et al.*, 2020; Rudd 2020), e seus benefícios perpassam as questões fisiológicas, psicológicas, ecológicas, econômicas e sociais, e encontram-se bem evidenciados na literatura, como melhoria da capacidade aeróbica, menores índices de depressão, melhor composição corporal, mais qualidade de sono, melhor interação social (Harridge; Lazarus 2017; Silva *et al.* 2021). Contudo, esta praxis depende de um estímulo individual ou, senão, comunitário que está diretamente ligado ao bem viver (Sampaio *et al.*, 2017).

A interlocução da atividade física enquanto satisfator de necessidades humanas pode ser bem ilustrada, como comentado, com as “políticas de bem-estar social” difundidas na Europa, caracterizada quando condições mais saudáveis e equânimes são apresentadas a comunidade, como é o caso da mobilidade urbana, quando se prioriza meios ativos de deslocamento, isto é: caminhar, pedalar, patinar etc. (Gudmundsson; Höjer, 1996; Silva *et al.*, 2015; Nieuwenhuijsen, 2020), e que podem ser compreendidos como atendendo as necessidades de participação, ócio, identidade e liberdade. Destaca-se que pela estreita relação entre prática regular da atividade física e longevidade, o Bem Viver se prolonga temporalmente (Gill; Taylor. 2012; Parra-Rizo; Sanchis-Soler. 2020).

Quando se busca compreender como se poderia efetivamente promover um processo de tomada de consciência das pessoas sobre a importância da atividade física e a relevância do DEH, depara-se com um documento consubstanciado pela World Health Organization (WHO 2018). Nele encontram-se estratégias e incentivo para o desenvolvimento de políticas públicas que promovem a incorporação da atividade física no cotidiano das pessoas, exemplo caminhadas, ciclismo, esporte e recreação.

Por sua vez, com tais evidências, reforça-se a relação atividade física e Bem Viver. Enaltece-se que o Bem Viver é uma condição multifatorial que depende, dentre outras, como comentado, da interação entre homem e ambiente e, também, entre os próprios homens. Quando tais relações possuem efeitos positivos, promove-se o



bem-estar, e ainda o senso de pertencimento ao território circustanciado. Ilustra-se, na ocasião que um indivíduo possa ir ao trabalho caminhado ou por meio de outra forma ativa de deslocamento, como a bicicleta, patinete e mesmo caminhando. Esta condição resulta em condicionamento físico e, conseqüentemente, promoção da saúde, provavelmente em maior segurança por onde transita, percepção das paisagens do território, e atratividade quanto a relação custo e benefício econômico. Assim, muitas ações estão atreladas a reincorporação da atividade física como hábito humano (Harridge & Lazarus 2017), mas até o presente momento, de maneira geral, estas estratégias têm surtido efeito prático ainda singelo e precisam ser potencializadas (Hallal & Pratt 2020).

4.3 Alimentação

A alimentação, a priori, é um satisfator da necessidade de subsistência humana. Ainda que haja outras necessidades fundamentais, como habitação, transporte, entre outras, a alimentação se apresenta no primeiro nível de hierarquia das chamadas necessidades básicas, mesmo porque é a partir dela que se cria a organicidade da própria vida (Max-Neef 2017). Tomando-se o exemplo extremo, as próprias células precisam se alimentar.

No entanto, sob a perspectiva do Desenvolvimento à Escala Humana para a promoção do Bem Viver, seguindo as orientações do movimento sociopolítico designado *Slow food*, como comentado, originado na Itália, que proclama uma filosofia pragmática em torno do alimento que ele deve atender a três requisitos: (i) ser bom, no sentido gastronômico; (ii) limpo, nutritivo e; (iii) justo, com relações de produção mais simétricas (Romano *et al.*, 2019). Uma contraposição ao que representa o *Fast food*, comida produzida a partir de uma linha de montagem industrial, com relação custo e benefício baixo por produzir um alimento pouco nutritivo, com alto teor calórico, predominando a gordura saturada e açúcares. Inclusive, há associação significativa entre má alimentação, que ocasiona a obesidade, e as chamadas doenças crônicas não transmissíveis, como diabete e hipertensão (Maciel & Oetterer 2010).

A partir do *Slow food*, evidencia-se que há elementos sistêmicos e estruturais no que, até então, considerava como um simples ato de se alimentar. A ecogastronomia, como desdobramento deste movimento, surge para compreender o sistema de produção agroalimentar, no que se refere a governança dos diversos atores da cadeia socioprodutiva sustentável, incluindo os impactos socioecológicos causados, como a pegada ecológica ocasionada pelo fluxo de transporte entre fornecimento de ingredientes, preparo e consumo. De maneira que possa garantir a qualidade dos elementos que constituem a cadeia: ingredientes nutritivos, sazonais, agroecológicos e territoriais; preparo artesanal; relações de trabalho dignos; embalagem de preferência reutilizáveis e; consumo responsável (Fisher *et al.*, prelo).

Constata-se que as pessoas se enfadaram por se alimentarem com alimentos homogêneos, sem biodiversidade alimentar regular. Rejeita-se, assim, o padrão *fast food* de altas calorias e sabores fortes e que não se limita apenas ao mero cálculo custo/benefício. Desta forma a ecogastronomia assegura que as pessoas possam recorrer a diversidade, história e valores geográficos incorporados em alimentos étnicos territoriais, o que representa um satisfator sinérgico de necessidades humanas (Kwon 2017).

A exemplo, da política preventiva originada decorrente da Pandemia, sobretudo no que se refere a denominada quarentena social, que vem sendo adotada na maioria dos países, ainda que com diferentes graus de isolamento, traz desaceleração na economia, o que desencadeia uma série de impactos em diferentes setores. Os setores econômicos mais atingidos são aqueles considerados como serviços não essenciais, que, em termos objetivos e pragmáticos, se localizam principalmente no atendimento de necessidades por satisfatores singulares ou, até mesmo, inibidores, como comentado, que dentro de uma nova concepção de projeto civilizatório, tal qual o desenvolvimento à escala humana, questiona-se sua significância ou, então, que tal serviço possa ser reproduzido



comunitariamente no âmbito doméstico ou de vizinhança. O preparo de refeições, ante a ida a um restaurante (ainda que não se constitua em um “pecado capital”), além de atender a necessidade de sobrevivência (alimentação), reforça relações de duas outras necessidades, afeto e de criação, quando se produz gastronômica e coletivamente o alimento (Sampaio; Alcântara; Vieir, 2022).

5. Considerações Finais

Os argumentos construídos ao longo deste ensaio revisita a teoria do Desenvolvimento à escala Humana (DEH), partindo da perspectiva da arte, da atividade física e da alimentação, enquanto satisfatores sinérgicos para vislumbrar possíveis alternativas para superar os limites reducionistas da sociedade de consumo ou de mercado. Reconhe-se que o DEH é uma proposta de pós-desenvolvimento e que tem os atributos necessários para promover o Bem Viver.

Quando se apresenta um panorama macro mundial que 20% da população mundial concentra 66% da renda bruta e que o mesmo 1/5 da população concentra 60% das emissões de CO₂ de todo o planeta (UNDP, 2020), demonstra que a sociedade de consumo representa um paradigma que não mais responde a maioria dos problemas das pessoas. Pior do que isso coloca em risco a vida dos seres humanos e não humanos, ou seja, a saúde do planeta.

Repercurte também em um micro panorama, ou seja, preconizado pelo DEH, no território, onde as pessoas nascem, crescem, amam, vivem e morrem. Os limites da sociedade de consumo remetem ao significado reducionista de qualidade de vida (QV) quando se restringe ao plano individualista/economista (baseado na lógica de que um ganha e outro perde), distanciado da felicidade intersubjetiva (ganhos comunitários), em escala territorial, como sugere a perspectiva do Bem Viver.

O DEH como processo de pós-desenvolvimento supera a lógica meramente escalar (geracional). Amplia a compreensão da relação riqueza/pobreza, não restrita apenas à dimensão econômica, mas no sentido max-neefiano de que a satisfação das necessidades humanas fundamentais de subsistência, proteção, afeto, compreensão, participação, lazer, criação, identidade, e liberdade, por meio dos satisfatores sinérgicos, como a arte, práticas físicas e alimentação, a felicidade de uma pessoa ou geração não poderia ser às custas de outra ou de gerações futuras.

A arte, no sentido stricto da palavra, pode denunciar ou representar uma contracultura à sociedade de mercado, que seja combativa a lógica do consumo supérfluo, sob a embalagem de uma marca ou personagem cool globalizado. A arte possui relação estreita com a saúde mental, diante de uma sociedade de consumo que materializa a própria vida. A arte preserva emoções e sentimentos latentes de uma sociedade que resiste a ótica do consumo ou do mercado. Uma sociedade que deseja se reconciliar com a natureza e que se expressa no desenvolvimento à escala humana, no sentido de privilegiar o bem viver, onde os satisfatores sinérgicos são concebidos no território.

A atividade física, compreendida como atividade sistêmica e uma necessidade humana, pode restabelecer ou, melhor, reconectar o homem com a paisagem natural, de preferência à escala territorial, a partir de um conceito de saúde integrativa, no qual previne diversas patologias, dentre elas as doenças crônicas relacionadas ao *stress*. Ao invés da estética esvaziada que pode prevalecer nas academias de ginástica, sob o signo da sociedade de consumo, que constitui uma saúde particionada, como bem o fazem as especialidades da medicina curativa, como que as pessoas tivessem perdido a capacidade de cuidar delas próprias, aliás, elemento que prevalece em satisfatores sinérgicos.

A alimentação, compreendida também como elemento constituidor da saúde integrativa, tal como sugere a ecogastronomia, designada pelo movimento *Slow*. Ela deve privilegiar o gosto, mas também o valor nutritivo dos



alimentos, bem como ter denominação de origem e produção de boas práticas e justas ecossocioeconômicas. Essas práticas devem ser estabelecidas por arranjos territoriais ou, mesmo, por cadeias produtivas que sejam adequadas a movimentos voltados a responsabilidade socioambiental corporativa empresarial, tal como o *fair trade*, ainda que esses não são isentos de críticas. Os satisfatores sinérgicos devem ser constituídos a partir destes três elementos citados e que remetem ao desenvolvimento à escala humana. Evidentemente distanciados da concepção de *fast food*, modelo concebido para a sociedade de consumo.

O DEH refere-se, assim, ao conceito de Bem Viver, onde padrões culturais distintos se revigoram na ocasião que as necessidades humanas são satisfeitas. Não se nega a ação prática que requer a economia, na qual são calculadas as consequências, no entanto que os ganhos devam ser coletivos, e que possibilite viver plenamente no território, como exemplificado na arte, na atividade física e na alimentação.

Nesse sentido, a crise em torno da Pandemia de COVID 19 pode despertar na humanidade, ainda que com graus de tomada de consciência diferentes, uma sensibilidade para os problemas reais (necessidades humanas), depois que a materialidade embutida na sociedade de consumo ou mercado for despojada.

Referências

- Alcântara, L. C. S.; Sampaio, C. A. C. “Indicadores de bem viver: pela valorização de identidades culturais”. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, v.53: 78 - 101, 2020.
- Alcântara, L. C. S.; Sampaio, C. A. C. Bem viver e ecossocioeconomias. (Cuiabá: EdUFMT), 96, 2019.
- Almeida, P. T.; Teixeira, Y.; Santos, N. T. Q. Dos.; Tavares, M. A.; Sobreira, L. De O. A.; Oliveira, R. De S.; Araújo, Y. T. E. De; Figueiredo, A. K. G. De; Sobreira, C. J. R.; Menezes, C. M. B. de; Cunha, L. A. Q. C. da; Lima, S. C. de; Araújo, B. da C.; Lima, L. R.; Hartcopff, P. F. P.; Santana, E. N. da C.; Sousa, L. N. de.; Silva, P. N. da. “Use of dietary supplements by physical activity practitioners”. Research, Society and Development, [S. l.], v. 10, n. 2, p. e12610212355, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i2.12355. Available at: <https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12355>. Accessed em 3 nov. 2021
- Auge, M. Non luoghi. (Milano: Eleuthera, 2002).
- Azkarraga E.J. Educación, sociedad y transformación cooperativa. (Eskoriatza: Instituto de Estudios Cooperativos Lanki/Universidad di Mondragon, 2010).
- Bauman, Z. Community: Seeking safety in an insecure world. (NW: John Wiley & Sons, 2013).
- Berkes, F. Sacred ecology: traditional ecological knowledge and resource management. (Philadelphia, PA: Taylor & Grancis, 1999).
- Bonet, L., Castaner, X. and Font S., J. (Coords.). Gestión de proyectos culturales: análisis de casos. (Barcelona: Ed. Ariel, 2006).
- Busquet, J. A cultura. (Editorial UOC Oberta UOC Publishing, 2015).
- Cabanilla, E. Turismo comunitario, su complejidad y aporte al buen vivir: construcción de políticas públicas en base a modelo complejo de desarrollo territorial. In: Primer encuentro internacional de Turismo Comunitario y Social de la UNASUR. Actas , La Paz, Bolivia, 2014: 01-06.
- Carl, J., Sudeck, G. and Pfeifer, K. “Competencies for a healthy physically active lifestyle: reflections on the model of physical activity-related health competence”. Journal of Physical Activity and Health, 17, 7, 2020: 688-697.
- Davison, J. et al. “Exploring the association between mental wellbeing, health-related quality of life, family affluence and food choice in adolescents”. Appetite, Mar. 2021: 158-105020. doi: 10.1016/j.appet.2020.105020.



- Escobar, A. El postdesarrollo como concepto y práctica social. In: Mato D. (coord.). Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización. (Caracas. Facultad de Ciencias Económicas y Sociales - Universidad Central de Venezuela, 2005): 17-31.
- Fernandes, V.; Sampaio, C. A. C. A natureza da problemática socioambiental. In: Silva, S. D. E; Sayago, D./ Toni, F; Campos, F. I. Ensaio em ciências ambientais: crises riscos e racionalidades. (Rio de Janeiro: Garamond, Vol. 1, 2016): 153-166.
- Fisher. D.; Richter, M. S.; Romano, R. G.; Sampaio, C. A. C.; Turnes, V. Ferraz, I. S.; Procopiuck, M. "Comunidade que sustenta a agricultura e o desperdício de alimentos em Curitiba (PR)". Revista Sociedade & Território, prelo.
- Florit, L. F.; Sampaio, C. A. C. Philippi Jr, A. O desafio da ética socioambiental. In: Florit, L. F.; Sampaio, C. A. C.; Philippi Jr, A. Ética socioambiental. (Barueri : Manole, 2019): 3-16.
- Forno, F.; Weiner, R. R. Sustainable community movement organizations: solidarity economies and rhizomatic practices. (London, New York: Routledge, 2020).
- Giraldo F., L.; Wells, G. B. "Redefiniendo la sostenibilidad desde una perspectiva situada: desafíos de museos comunitarios del sur de Chile". Polis, 53, 2019.
- Geertz, C. The Interpretation of cultures: selected essays. (New York: Basic, 1973).
- Gill, J.; Taylor, D. Active ageing: live longer and prosper. (London: University College London, 2012).
- Gómez, L. Modos de vida, artes y oficios: El desarrollo a escala humana en el accionar pedagógico. Valdivia, 2018. Tesis (Magíster en Desarrollo a Escala Humana y Economía Ecológica) - Escuela de Graduados de la Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas, Universidad Austral de Chile.
- Gudmundsson, H. and Höjer, M. (1996). "Sustainable development principles and their implications for transport". Ecological Economics, Vol. 19: 269-282.
- Hallal, P. C.; Pratt, M. "Physical activity: moving from words to action". The Lancet Global Health, 8, 7, 2020: 867-868.
- Harridge, S.; Lazarus, N.R. "Physical activity, aging, and physiological function". Physiology, 32, 2, 2017: 152-161.
- Hidalgo-Capitán, A. L. "Economía Política del Desarrollo. La construcción retrospectiva de una especialidad académica". Revista de economía mundial, 28, 2011: 279-320.
- Ibarra, I. A.V. Educación a escala humana: formación de microsistema educativo en "artes, oficios y saberes tradicionales en São Gonçalo Beira Rio, Mato Grosso, Brasil, Valdivia, 2018. Tesis (Magíster en Desarrollo a Escala Humana y Economía Ecológica) - Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas, Universidad Austral de Chile.
- ISPAH International Society for Physical Activity and Health. "The Bangkok declaration on physical activity for global health and sustainable development". British Journal of Sports Medicine, 51, 19, 2017: 1389-1391.
- Kwon, D. Y. "Ethnic foods and globalization". Journal of Ethnic Foods, 4, 2017: 1-2.
- Latouche, S. "Degrowth economics." Le Monde Diplomatique, 11, 2004 : 1-5.
- Lee, C.-W; Hung, H.-C.; Lin, L.-C. "Art and cultural participation and life satisfaction in adults: the role of physical health, mental health, and interpersonal relationship". Frontiers in Public Health, v. 8: 1030, 2020.
- Leff, E. "Agroecología e saber ambiental." Agroecología e desenvolvimento rural sustentável, 3, 1, 2002: 36-51.
- Lent, R. Cem bilhões de neurônios: conceitos fundamentais de neurociências. (São Paulo: Atheneu, 2004).
- Lyons, C. O. Listening to natural law. In: Nelson, M. K. (Ed.). Original instructions: indigenous teachings for a sustainable future. (Rochester: Bear & Company, 2008): 22-26.



- Maciel, E. S.; Oetterer, M. O desafio da alimentação como fator de qualidade de vida na última década. In: Vilarta, R; Gutierrez, G. L; Monteiro, M. I. (Org.). *Qualidade de vida: evolução dos conceitos e práticas no século XXI*. (Campinas: IPÊS, 1, 2010): 19-26.
- Max-Neef, M.A. *Economía herética: Treinta y cinco años de contracorriente*. (Barcelona: Icaria, 2017).
- Max-Neef, M. A, Elizalde, A., Hopenhayn, M. *Desenvolvimento à escala humana: concepção, aplicação e reflexos posteriores*. (Blumenau: EdiFurb, 2012).
- Moore, J. W. "The capitalocene. Part I: on the nature and origins of our ecological crisis". *The Journal of Peasant Studies*, 44, 2017: 594-630.
- Naess, A. "Deep Ecology and Ultimate Premises." *Ecologist*, 18, 1988: 128-31.
- Nieuwenhuijsen, M. J. :Urban and transport planning pathways to carbon neutral, liveable and healthy cities: a review of the current evidence". *Environment international*, 140. 2020.
- OECD, The Organisation for Economic Co-operation and Development. (OECD Better Life Index. Paris: OECD. 2021). Available at <<http://www.oecdbetterlifeindex.org/>>. (Accessed 18 april 2021).
- Parra-Rizo, M. A.; Sanchis-Soler, G. "Satisfaction with life, subjective well-being and functional skills in active older adults based on their level of physical activity practice". *International journal of environmental research and public health*, 17, 4, 2020: 1299.
- Pecqueur, B. "Esquisse d'une géographie économique territoriale". *L'Espace géographique*, 3, 43, 2014: 198-214.
- Reyes, L. G. *Colapso del capitalismo global y transacciones hacia sociedades comunitarias: mirando más allá del empleo*. (Manu Robles Arangiz Fundazioa. Bilbao, 2020).
- Romano, R. G., Shäfer, G., Sampaio, C. A. C.; Garcia, M. "Ecoenogastronomia: sustentabilidade e resgate cultural na produção de vinhos na Serra Gaúcha, Brasil". *Revista Àgora*, 21, 1, 2019: 93-105.
- Rudd, J. R., Pesce, C., Strafford, B.W.; Davis, K. "Physical literacy: journey of individual enrichment: An ecological Dynamics rationale for enhancing performance and physical activity in all". *Frontiers in Psychology*, 11, 2020: 1904.
- Sampaio, C. A. C., Alcântara, L. C. S.; Vieira, P. H. F. "Bem Viver: uma alternativa para repensar modos de vida pós-Pandemia do novo Coronavírus (COVID-19)". *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)*, v. 60, no. 1., 2022.
- Sampaio, C.A.C., Parks, C.D., Mantovaneli Jr, O., Quinlan, R.J. and Alcântara, L.C.S. "Good living for the next generation: between subjectivity and common good from the perspective of eco-socio-economy". *Revista Saúde e Sociedade*, 26, 2017: 40-50.
- Santos, B. S. *A cruel pedagogia do virus*. (Coimbra. Editora Almedina. Abril, 2020): 35.
- Silva, F. R. L., Sanata, F., Venancio, P. E. M; Oliveira-Silva, I. "Atividade física incidental e sua relação com a qualidade de vida e índice de massa corporal de trabalhadores de uma indústria têxtil de Jaraguá-GO". *International Journal of Development Research*, 11, 3, 2021: 44979-44983.
- Silva, J. M. M., Oliveira, J. G. B., Bohn, L.; Sampaio, C.A.C. "Cyklistforbundet: da ecossocioeconomia à Convivialidade". *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 41, 2017: 19-39.
- Smith, P. B.; Max-Neef, M. *Economics unmasked: from power and greed to compassion and the common good*. (Cambridge: Green Books, 2011).
- Steffen, W., Richardson, K., Rockström, J., Cornell, S. E., Fetzer, I., Bennett, E. M.; Sörlin, S. "Planetary boundaries: guiding human development on a changing planet". *Science* 347, 2015: 6223.



UN, United Nations. A WHO study shows that art can be good for health. 2019. Available at:<https://news.un.org/en/story/2019/11/1694131>. (Accessed on 15 November 2021)

UN, United Nations. UNDP, United Nations Development Program. (2020). Human development reports. New York: UNDP. New York: UNDP.

Vita, G., Hertwich, E. G., Stadler, K., Wood, R. “Connecting global emissions to fundamental human needs and their satisfaction”. *Environ Res Lett.* 2019; 14(1):014002. doi:10.1088/1748-9326/aae6e0.

UN, United Nations, WHO, World Health Organization. Global action plan on physical activity 2018-2030: more active people for a healthier world. (World Health Organization, 2019)..

UN, United Nations, WMO, World Meteorological Organization. Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC): Climate Change 2021. The Physical Science Basis. (Geneva: WMO, 2021).